

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.468 - SP  
(2019/0134644-1)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE : SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS SÃO VICENTE CUBATÃO E GUARUJÁ**  
**ADVOGADOS : EDGAR LOURENÇO GOUVEIA - SP042817  
RICARDO SCRAVAJAR GOUVEIA - SP220340**  
**EMBARGADO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP**  
**ADVOGADO : ANA PAULA DA COSTA BARROS LIMA E OUTRO(S) - SP177214**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HIPÓTESE DE CABIMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. INVIABILIDADE DA VIA IMPUGNATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos contra decisão de minha relatoria cuja ementa restou vazada nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SANEAMENTO BÁSICO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. REGIME DE ECONOMIA MÚLTIPLAS. RECONHECIMENTO DO DIREITO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nas razões destes aclaratórios, sustenta que a decisão embargada incorre em erro de fato e omissão porquanto não foi determinado que a embargante apresentasse os documentos indispensáveis à propositura da demanda sob pena de indeferimento da inicial.

Alega que o juízo de primeira instância entendeu que a causa estava madura e que os documentos eram suficientes para o deslinde da questão, mas julgando improcedente o pedido da recorrente, e que o Tribunal de origem manteve a sentença concluindo que era imprescindível que se fizesse provas das unidades autônomas, em verdadeiro cerceamento de defesa.

Aduz que diante do ocorrido, deveria ter sido extinto o feito, sem exame do mérito, e não julgamento de improcedência do pedido.

Por fim, alega que não foi juntado o voto vencido integrante do julgamento do

# Superior Tribunal de Justiça

recurso.

É o necessário relatar.

Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

As razões dos embargos de declaração não merecem acolhimento.

Para que os aclaratórios, como recurso de fundamentação vinculada que é, possam prosperar, se faz necessário que o embargante demonstre, de forma clara, a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão em algum ponto do julgado, sendo tais vícios capazes de comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

Contudo, não se prestam à finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado, de modo a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

Diante de tal premissa, observo que não assiste razão ao embargante, pois, de fato, a decisão embargada posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente acerca do conhecimento parcial e, nessa extensão, do não provimento do recurso especial.

Depreende-se, todavia, que não ocorreram os vícios alegados, mas que busca o embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que só é admitido em hipóteses excepcionais, pois, em regra, a presente via possui efeito apenas integrativo.

Dessa feita, nenhum dos argumentos apresentados no presente apelo comporta exame nessa senda recursal, tampouco pode alterar o resultado do julgamento tal como posto.

Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator